

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS EFETIVOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAMELEIRA DE GOIÁS E DA CÂMARA MUNICIPAL DE
GAMELEIRA DE GOIÁS

CONCURSO PÚBLICO **CONTROLADOR INTERNO/ CONTROLADOR INTERNO – CÂMARA MUNICIPAL**

CADERNO DE QUESTÕES

01/02/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico-Matemático	11 a 15
Atualidades e História, Geografia e Conhecimentos Gerais do estado de Goiás	16 a 20
Noções de Informática	21 a 25
Legislação	26 a 30
Conhecimentos Específicos do Cargo	31 a 50
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

A grama insiste em crescer.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova discursiva é composta por 1 (uma) questão sobre o conteúdo programático previsto para os conhecimentos específicos do cargo e deverá ser respondida em, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

Leia o **Texto 1** para responder às questões de **01 a 04**.

Texto 1

O livro, o plástico e as 700 toneladas no lixo

O leitor entra na livraria, escolhe um título, paga, leva para casa e rasga a película transparente que o envolve. Em segundos, o plástico vai para o lixo. O gesto é banal, mas o impacto é monumental.

Essa fina camada de filme termoencolhível – que protege o livro de poeira e umidade – se tornou um dos maiores símbolos de incoerência do mercado editorial brasileiro: um setor que vive de ideias, mas ainda insiste num hábito materialmente insustentável.

Segundo dados disponibilizados pela Câmara Brasileira do Livro, o país imprimiu 366 milhões de exemplares no último ano. Supondo que cerca de 70% desses livros foram embalados individualmente, isso significa que 256 milhões de unidades receberam plástico antes de chegar às prateleiras. Cada invólucro pesa entre 1,4 g e 2,7 g, o que equivale a algo em torno de 360 a 700 toneladas de lixo plástico por ano – um resíduo de baixo valor comercial, raramente reciclado.

O argumento das editoras é pragmático: o plástico protege os exemplares durante o transporte e a armazenagem. Há, porém, uma causa mais profunda para a continuidade dessa prática. Plataformas de e-commerce, que dominam o mercado de venda ao consumidor, exigem que as editoras entreguem os livros embalados individualmente em plástico. Caso contrário, recusam o recebimento do material. E, para atender a essa exigência, muitas editoras solicitam às gráficas que enviem parte ou toda a tiragem já com o plástico. Cria-se, assim, um círculo vicioso: as gráficas embalam para atender as editoras; estas embalam para atender as plataformas; e estas últimas embalam novamente para o envio ao consumidor.

O cenário precisa mudar e já temos exemplos para seguir. Livrarias independentes já substituem o filme plástico por faixas de papel reciclado, invólucros biodegradáveis, ou simplesmente aboliram a embalagem. O debate sobre sustentabilidade no livro não pode se limitar à origem do papel: deve incluir também o material que o envolve. O livro é, por natureza, um instrumento de consciência. E não há consciência possível quando o conhecimento continua coberto por uma camada de poluição invisível.

BORGES, Afonso. O livro, o plástico e as 700 toneladas no lixo. *Folha de S. Paulo*, 16 nov. 2025, p. A6. [Adaptado].

QUESTÃO 01

Usa-se, no Texto 1, a seguinte estratégia de introdução:

- (A) descreve-se a composição de um elemento químico, apontando seus principais efeitos.
- (B) enuncia-se um mote baseado no relato de um evento trivial na vida de uma pessoa.
- (C) apresenta-se o detalhamento das características físicas de um objeto da indústria cultural.
- (D) expõe-se a tese que determina o ponto de vista que dirige o processo argumentativo.

QUESTÃO 02

Considerando-se suas características internas (estruturação léxico-gramatical e textual) e externas (funcionamento social e a mídia de circulação), classifica-se o Texto 1 como um exemplar do gênero

- (A) ensaio.
- (B) editorial.
- (C) reportagem.
- (D) artigo de opinião.

QUESTÃO 03

O procedimento argumentativo usado no terceiro parágrafo do Texto 1 é baseado na

- (A) projeção estatística dos impactos de um determinado problema.
- (B) objeção contundente aos dados apresentados por um determinado agente discursivo.
- (C) discriminação dos componentes materiais de um determinado um objeto.
- (D) posicionamento pragmático do mercado sobre a circulação de determinado produto.

QUESTÃO 04

No trecho “Cria-se, assim, um círculo vicioso: as gráficas embalam para atender as editoras; estas embalam para atender as plataformas; e estas últimas embalam novamente para o envio ao consumidor”, o sinal de dois pontos introduz uma

- (A) enumeração.
- (B) citação.
- (C) explicação.
- (D) reformulação.

RASCUNHO

Leia o **Texto 2** para responder às questões de **05 a 08**.

Texto 2

O futuro sustentável sonhado pelo arquiteto chinês que morreu no Pantanal

Eliane Trindade

Três meses antes de ser vítima de acidente aéreo no Brasil, Kongjian Yu concedeu entrevista para documentário brasileiro "Smart Cities – as Cidades do Futuro". Acompanharam a entrevista conduzida por mim, como roteirista do documentário, o diretor Fábio Berringer, o produtor local Filipe Porto e o cinegrafista chinês Zhang QinZheng. Em conversa inédita, Kongjian Yu fala das perspectivas de construir um planeta-esponja e uma nova civilização ecológica, amiga da água. Discorre por mais de uma hora sobre como tornar as cidades e o planeta mais resilientes às intempéries climáticas. Ao final do encontro, passeou com a equipe pelos corredores da Turenscape, enfeitados por fotos de alguns dos projetos urbanísticos e paisagísticos entre os mil que levam sua assinatura.

Como o senhor resume o conceito de cidade-esponja?

É uma solução baseada na natureza para resolver problemas de inundações e secas urbanas, ao criar cidades resilientes. É uma solução holística, que usa a paisagem natural para retenção da água, desacelerando seu fluxo. A chave de uma cidade-esponja é a oposição à infraestrutura cinza convencional, construída sobre um sistema de tubulações de concreto e de drenagem. Uma cidade-esponja retém a água, que não é inimiga.

Como nasceu o conceito?

Vem da cultura das monções. A ideia de cidade-esponja foi inspirada por esse fenômeno atmosférico típico do Sul e Sudeste asiático. Nasci em uma pequena vila na província de Zhejiang, onde há tempestades durante a estação das monções. Então, desde muito jovem aprendi como reter a água no período de inundações para reutilização na estação seca. É um conhecimento ancestral sobre como lidar com a alternância de inundações e secas, de forma a manter o equilíbrio hidrológico.

Então, o futuro também é ancestral?

Sim. Temos que olhar para o passado, para a experiência acumulada ao longo dos séculos. Estamos falando de milhares de anos de cooperação com a natureza, que nos mostram como criar uma paisagem resiliente. É por isso que esses conhecimentos ancestrais podem ser inspiração para tornar o nosso planeta mais resiliente diante das mudanças climática.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/columnas/redesocial/2025/11/o-futuro-sustentavel-sonhado-pelo-arquiteto-chines-que-morreu-no-pantanal.shtml>. Acesso em: 17 nov. 2025. [Texto reduzido e adaptado].

QUESTÃO 05

Considerando-se o modo de estruturação e funcionamento do gênero entrevista, verifica-se que o parágrafo de abertura do Texto 2 constitui uma unidade paratextual. Esse tipo de unidade, a exemplo do que ocorre no Texto 2, tem como função

- (A) contextualizar a epistemologia que orienta o debate sobre um tema de relevância social, indicando as bases que fundamentam a produção do texto.
- (B) apresentar as informações que explicitam as condições de produção e o modo de organização de um determinado texto.
- (C) delimitar a temática de um texto, apresentando logo no começo a demarcação do assunto que será desenvolvido nas unidades argumentativas subsequentes.
- (D) introduzir o escopo ideológico dentro do qual certo tema será tratado no texto, situando de antemão a abordagem sociopolítica utilizada.

QUESTÃO 06

O sentido de "cidade-esponja" é construído a partir de um procedimento de linguagem figurativa que toma como base uma

- (A) metáfora.
- (B) metonímia.
- (C) catacrese.
- (D) perífrase.

QUESTÃO 07

A interrogação "Então, o futuro também é ancestral?" apresenta de forma implícita, considerando-se o fluxo da interação discursiva, o pressuposto de que

- (A) o futuro será ancestral.
- (B) o passado será ancestral.
- (C) o futuro é ancestral.
- (D) o passado é ancestral.

QUESTÃO 08

No período “Uma cidade-esponja retém a água, que não é inimiga”, a oração “que não é inimiga” exerce a função morfossintática de um

- (A) adjetivo.
- (B) substantivo.
- (C) advérbio.
- (D) pronome.

Leia o **Texto 3** para responder às questões **09 e 10**.

Texto 3**Anteontem**

Antonio Prata

No meio da frase, ao escrever "anteontem", empaquei. "Anteontem" existe? Não tô falando de anteontem, o dia antes de ontem. O dia, tenho certeza, existiu. Estive lá e tenho inclusive testemunhas, um link do "meets" e recibos do cartão de crédito.

Voltando ao assunto, escrevi "anteontem" e senti como se tivesse escrito "memo", "tamo", "somo". Dei um google rápido e, sim, surgiram várias frases com "anteontem". Poxa, que interessante. Por que será que "antes de ontem" conseguiu dicionarizar sua versão coloquial e, por exemplo, "memo", "tamo" e "somo", não?

[...]

Li, ano passado, o belíssimo "Latim em Pó", de Caetano Galindo. O livro traça os caminhos do português, desde a cónpla milenar do galego com o latim até os dias de hoje. Termina assim: "Eu aqui me despeço e te digo em bom latim clássico (saluare) mastigado pela plebe do Império Romano (salvare), estropiado pelos celtiberos, desentendido pelos germânicos, tingido pelos árabes (salvar), imposto aos indígenas da América (sarvá) e finalmente alterado pelos padrões silábicos dos idiomas negros africanos:

Saravá.

Seja bem-vinda."

Ao dar um último google atrás da citação do Galindo, me deparei com uma descrição mais precisa do "anteontem". Não nasceu de uma corruptela de "antes de ontem". É filha de uma linhagem mais nobre, irmã de "antebraço", "anteparo", "anticipar", "antessala", "anteceder". O que me traz certa culpa por não ter, ao pesquisar melhor, "anticipado". Não importa. Sigo defendendo a mesma posição. De que a língua escrita se dobre à falada. Saravá.

Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/antoniorprata/2025/07/anteontem-pagarai.shtml>. Acesso em: 18 nov. 2025. [Adaptado].

QUESTÃO 09

A abertura da crônica “Anteontem” é construída a partir de um jogo de linguagem que se baseia na

- (A) ambiguidade de sentido de “anteontem”.
- (B) comprovação da existência de “anteontem”.
- (C) menção e uso do termo “anteontem”.
- (D) etimologia e erudição do vocábulo “anteontem”.

QUESTÃO 10

O Texto 3 apresenta o seguinte trecho: “Ao dar um último google atrás da citação do Galindo, me deparei com uma descrição mais precisa do ‘anteontem’. Não nasceu de uma corruptela de ‘antes de ontem’”. Nesse trecho, o cronista, ao usar a expressão “descrição mais precisa”, mitiga a inconsistência de uma informação que já havia dado, usando como recurso de linguagem

- (A) a personalização.
- (B) o eufemismo.
- (C) o chiste.
- (D) o paradoxo.

RASCUNHO

QUESTÃO 11

Considere as proposições compostas:

- $(P \wedge Q) \rightarrow (P \vee Q)$.
- $(P \vee Q) \rightarrow (P \wedge Q)$.

Essas proposições são, respectivamente, exemplos de

- (A) tautologia e contradição.
 (B) contingência e tautologia.
 (C) contradição e contingência.
 (D) tautologia e contingência.

QUESTÃO 12

A sentença $P \rightarrow (Q \vee R)$ é logicamente equivalente à sentença

- (A) $\neg Q \wedge \neg R \rightarrow \neg P$.
 (B) $\neg P \rightarrow \neg Q \wedge \neg R$.
 (C) $P \wedge (Q \vee \neg R)$.
 (D) $\neg Q \vee \neg R \rightarrow \neg P$.

QUESTÃO 13

Considere os conjuntos $A, B, C \subseteq U$ e denote por X^c o complementar de X em relação a U . Da condição $A \cap B \subseteq C^c$, segue-se que

- (A) $A \subseteq B^c$.
 (B) $A^c \subseteq B^c \cup C$.
 (C) $(A \cap C) \subseteq B^c$.
 (D) $B^c \cup C^c \subseteq A$.

QUESTÃO 14

Uma aplicação é realizada no regime de juros compostos, com capitalização trimestral à taxa de 10% ao trimestre. Ao final de um ano, qual taxa anual de juros simples produz o mesmo rendimento?

- (A) 46,41%.
 (B) 44%.
 (C) 42,35%.
 (D) 40%.

QUESTÃO 15

Em uma determinada turma, a média das notas do exame final foi 4,5, enquanto a mediana foi 7,5. Sabendo que a nota mínima para aprovação é 5,0, a média ou a mediana informadas indicam que

- (A) a maior parte da turma reprovou no exame final.
 (B) pelo menos metade da turma obteve aprovação no exame final.
 (C) mais da metade da turma obteve nota superior a 7,5.
 (D) pelo menos metade da turma obteve nota inferior a 4,5 no exame final.

RASCUNHO

QUESTÃO 16

Leia o texto a seguir.

No componente materno-infantil, a Taxa de Mortalidade Infantil, medida em óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos, alcançou média municipal de 16,87. Trata-se de uma média entre municípios e não da taxa estadual. Observou-se que cerca de 20% dos municípios não registraram óbitos infantis, enquanto 80% apresentaram taxas inferiores a 29,47, havendo casos extremos com 96,77 óbitos por mil nascidos vivos. A elevada variabilidade do indicador sugere que ganhos adicionais dependem de cobertura contínua e de cuidados oportunos. Nessa direção, o Acompanhamento Pré-Natal, aferido pelo percentual de gestantes com sete ou mais consultas, registrou média de 81,02%, com mínimo de 42,31% e 80% dos municípios abaixo de 88,64%, o que revela espaço para ampliar o acesso e a regularidade do cuidado durante a gestação.

Lima, J. K. E.; Matos, P. D. S.; Siqueira, R. V. *Índice de Desempenho dos Municípios (IDM)*. Goiânia-GO: Instituto Mauro Borges de Pesquisa e Política Econômica– IMB, 2025, p. 18. [Adaptado].

A elevada variabilidade desse indicador evidencia qual característica do Estado de Goiás?

- (A) A baixa desigualdade social.
- (B) A forte heterogeneidade territorial.
- (C) A desatenção com as crianças em Goiás.
- (D) A existência de municípios sem problemas.

QUESTÃO 17

Em 2025, o Brasil sediou a 30ª Conferência das Partes (COP30), em Belém, no Pará. A Conferência das Partes (COP) é o maior evento das Nações Unidas global para discussão e negociações sobre as mudanças do clima. Qual foi um dos desafios encontrados pelo evento para alcançar seus objetivos?

- (A) O multilateralismo.
- (B) A economia verde.
- (C) O negacionismo climático.
- (D) A inexistência de investimentos.

RASCUNHO**QUESTÃO 18**

Leia o texto a seguir.

O Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e Bebidas, de Goiânia, foi o grande vencedor da etapa Centro-Oeste do Prêmio Finep de Inovação, na categoria Cadeias Agroindustriais Sustentáveis, com o projeto Soluções Tecnológicas para o Aproveitamento Integral do Babaçu e Pequi. [...] A Coordenadora de Projetos do Instituto, Nathália Garcia, destacou o impacto social gerado pelo projeto: “É muito gratificante ver a inovação chegando na ponta, transformando a vida de mais de 7 mil famílias de agroextrativistas e agricultores familiares. Por meio desse projeto, conseguimos desenvolver cinco novos ingredientes a partir do aproveitamento integral do pequi e do babaçu – utilizando casca, polpa e semente. O que antes era considerado resíduo agora se transforma em produtos de alto valor agregado”.

BOLETIM SEMANAL DE NOTÍCIAS DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS. *Senai conquista Prêmio Finep de Inovação ao transformar frutos do Cerrado em soluções sustentáveis*. Ano 7, nº 261, Goiânia, 10 de outubro de 2025, p. 2 e 3. [Adaptado].

De que forma o projeto contribuiu com as famílias mencionadas?

- (A) Encarecendo o valor do pequi e do babaçu.
- (B) Reduzindo a concorrência entre produtores.
- (C) Aumentando o investimento inicial.
- (D) Evitando desperdícios de resíduos.

QUESTÃO 19

Leia o texto a seguir.

Deslocamentos caracterizam os ímpetos da concepção urbana de Anápolis, com os tropeiros que ali passavam, instalavam-se nessas localidades e, consequentemente, geravam trocas de mercadorias favoráveis ao comércio. Outro fator relevante foi a construção da Capela em honra a Sant'Ana, por Gomes de Sousa Ramos, em 1871. Isso potencializa o adensamento populacional na região de Anápolis, já que em 1871 existiam apenas sete casas, no ano seguinte esse número foi para 20 moradias, com uma população estimada em 120 pessoas só no povoado.

Amaral, L. F.; Lopes Filho, J. J. *Estranhar e reconhecer: um processo de descontinuidades na paisagem urbana de Anápolis-GO (1870-2022)*. Paranoá, v. 17, e45325, 2024, p. 6. [Adaptado].

O crescimento populacional se associa com qual característica da população mencionada?

- (A) A religiosidade dos moradores.
- (B) O conflito com migrantes.
- (C) O desejo por isolamento.
- (D) A rejeição ao comércio.

QUESTÃO 20

Leia o texto a seguir.

O Índice de Desenvolvimento Humano de Gameleira de Goiás, que leva em consideração indicadores de escolaridade, renda e longevidade, apresentou valor de 0,446 para o ano de 2000, valor categorizado como "Baixo" mediante os parâmetros estabelecidos internacionalmente. Já para o ano de 2010 o valor obtido pelo índice alcançou 0,659 ponto, sendo considerado um valor "Médio". O Índice de Vulnerabilidade Social, que mede a vulnerabilidade de grupos frente a fatores socioeconômicos, mostrou valor de 0,426 em 2000, sendo considerado "Alto", passando para 0,225, o que configura um valor "Baixo".

SCALIZE, Paulo Sérgio. *Diagnóstico dos municípios que integram o Projeto SanRural: Gameleira de Goiás, Goiás*. Goiânia: Cegraf UFG, 2022, p. 23. [Adaptado].

Conforme os dados, de 2000 para 2010, o município de Gameleira de Goiás conseguiu

- (A) aumentar a desigualdade de renda.
- (B) aumentar a vulnerabilidade social.
- (C) precarizar o sistema educacional.
- (D) reduzir a desigualdade social.

RASCUNHO**RASCUNHO**

QUESTÃO 21

No Windows 10 e 11, o Gerenciador de Tarefas permite ao usuário acompanhar o desempenho geral do sistema. Qual ação pode ser realizada por esse recurso?

- (A) Reorganizar automaticamente pastas do usuário.
- (B) Criar unidades de armazenamento com permissões avançadas.
- (C) Converter arquivos armazenados em formatos compactados.
- (D) Encerrar processos em execução para liberar recursos do sistema.

QUESTÃO 22

No Microsoft Word, um servidor precisa gerar um conjunto de documentos personalizados, cada um contendo informações específicas de diferentes destinatários. Para essa finalidade, o recurso adequado é

- (A) mala direta.
- (B) inserção automática.
- (C) comentários revisados.
- (D) estilos rápidos.

QUESTÃO 23

Em uma planilha do Excel, um analista deseja comparar a evolução mensal dos indicadores de desempenho, destacando tendências e variações ao longo do tempo. O tipo de gráfico mais adequado para essa análise é o gráfico de

- (A) pizza.
- (B) colunas.
- (C) linhas.
- (D) dispersão.

RASCUNHO**QUESTÃO 24**

Em relação aos procedimentos de backup no ambiente Windows, qual prática contribui para maior segurança dos dados?

- (A) Manter as cópias armazenadas no computador local, limitando alternativas de recuperação.
- (B) Armazenar cópias em unidades externas ou na nuvem, reforçando a segurança dos dados.
- (C) Guardar versões de backup em um único local físico, reduzindo a redundância de proteção.
- (D) Salvar arquivos de cópia na área de trabalho do usuário, restringindo o uso de outros diretórios.

QUESTÃO 25

No Windows, qual recurso do sistema permite administrar programas instalados no computador, seja para incluir novos softwares ou remover aqueles que deixarão de ser utilizados?

- (A) Utilizar o menu Configurações para gerenciar a instalação e a remoção de programas do sistema.
- (B) Utilizar ferramentas que removem aplicativos fora do ambiente destinado ao gerenciamento de softwares.
- (C) Ajustar permissões de programas para controlar a segurança e o acesso do sistema.
- (D) Instalar softwares por meio de assistentes externos ao menu Configurações, utilizando rotinas alternativas do sistema.

RASCUNHO

QUESTÃO 26

Os atos administrativos possuem características jurídicas próprias que decorrem da posição de superioridade do interesse público em relação ao interesse privado, o que os distingue essencialmente dos atos praticados na esfera privada. Quais são essas características?

- (A) Autoexecutoriedade, imperatividade, tipicidade e presunção de legitimidade e veracidade.
- (B) Executoriedade, discricionariedade, bilateralidade e presunção absoluta de legalidade e eficácia.
- (C) Revogabilidade, consensualidade, impermanência e presunção de validade e autenticidade.
- (D) Vinculação, publicidade ampla, disponibilidade e presunção de regularidade e boa-fé administrativa.

QUESTÃO 27

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) consolidou, no ordenamento jurídico brasileiro, um marco normativo destinado a regular o tratamento de informações pessoais, além de afirmar a proteção da privacidade como direito fundamental. A disciplina legal da proteção de dados pessoais tem como fundamento expresso

- (A) a autodeterminação informativa.
- (B) a soberania dos estados.
- (C) a defesa nacional.
- (D) a proteção às participações individuais em obras coletivas.

QUESTÃO 28

A Lei nº 12.527/2011 disciplina o direito de acesso às informações públicas e estabelece o procedimento que deve ser observado pelos órgãos e entidades da Administração ao receber e responder pedidos de informação. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º da Lei de Acesso à Informação, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter

- (A) justificativa detalhada do motivo pelo qual o requerente deseja acessar a informação.
- (B) comprovação de interesse direto, pessoal e imediato sobre o conteúdo solicitado.
- (C) identificação do requerente e a especificação da informação requerida.
- (D) endereço físico do requerente e a assinatura reconhecida do pedido.

QUESTÃO 29

A Constituição Federal de 1988 assegura o controle parlamentar dos gastos públicos, permitindo que a Comissão Mista de Orçamento peça à autoridade governamental responsável que, no prazo de cinco dias, esclareça sobre despesas não autorizadas. Caso não sejam prestados ou sejam insuficientes tais esclarecimentos, a Comissão deverá solicitar ao tribunal o pronunciamento conclusivo sobre a matéria no prazo de

- (A) dez dias.
- (B) trinta dias.
- (C) quarenta e cinco dias.
- (D) sessenta dias.

QUESTÃO 30

No âmbito das licitações, a contratação direta configura exceção legal ao dever de licitar, admitida apenas nas hipóteses estritamente previstas em lei. Neste caso, é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial no caso de

- (A) contratação de licitantes que se mostrem efetivamente interessados no procedimento, bem como nos casos em que houver propostas consideradas válidas para a continuidade do certame.
- (B) contratação de profissionais para compor a comissão de avaliação de critérios de técnica, quando se tratar de profissional técnico de notória especialização.
- (C) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (D) contratação em tempos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

As emendas individuais impositivas constantes do projeto de lei orçamentária anual da União, quando direcionadas aos municípios, possuem aplicação limitada pela vedação ao custeio de determinadas despesas. Essa limitação alcança a destinação desses recursos a

- (A) despesas com pagamento de folha de pessoal.
- (B) despesas de aquisição de bens de capital.
- (C) encargos sociais relativos a ativos e inativos.
- (D) encargos referentes ao serviço da dívida.

QUESTÃO 32

A finalidade central do Plano Plurianual (PPA) consiste em

- (A) fixar limites para despesas com pessoal e endividamento do município.
- (B) autorizar a execução de despesas e receitas específicas a cada exercício financeiro.
- (C) organizar programas governamentais com objetivos e metas que se estendem por mais de um exercício.
- (D) definir metas fiscais para o exercício seguinte e prever riscos que possam afetar o equilíbrio das contas públicas governamentais.

QUESTÃO 33

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deve incluir no seu texto a

- (A) estruturação dos programas governamentais de duração continuada.
- (B) discriminação da receita e da despesa para execução no exercício financeiro.
- (C) fixação das despesas obrigatórias de caráter continuado relativas ao quadriênio.
- (D) definição das metas e prioridades da administração municipal para o exercício seguinte.

QUESTÃO 34

A Lei Orçamentária Anual (LOA) conterá

- (A) as previsões de receitas e de despesas para o exercício financeiro correspondente.
- (B) as diretrizes gerais e metas físicas dos programas governamentais de médio prazo em execução.
- (C) os parâmetros para a política fiscal do município para o exercício contábil subsequente ao de sua aprovação.
- (D) as regras para limitação de empenho de orçamento diante de frustração de receitas que possam ocorrer.

QUESTÃO 35

A atuação da controladoria interna deve observar a imparcialidade não apenas na análise dos atos administrativos, mas também na formulação de pareceres, recomendações e auditorias. Em situações em que o órgão de controle identifica indícios de favorecimento indireto decorrente de decisões administrativas reiteradas em benefício de um mesmo grupo econômico, a aplicação desse princípio exige

- (A) análise com critérios objetivos e método neutro.
- (B) substituição dos auditores quando houver conflito com decisões políticas.
- (C) parecer que considere o impacto econômico das atividades do grupo favorecido.
- (D) abertura de apuração concentrada em agentes previamente selecionados pela gestão.

QUESTÃO 36

O fortalecimento do controle social no âmbito municipal depende de condições que permitam à sociedade acompanhar os atos da gestão e participar de sua avaliação. Uma medida essencial para impulsionar esse processo estruturado de controle social da administração pública consiste em

- (A) instituição de comissões cidadãs com foco no monitoramento de iniciativas administrativas.
- (B) criação de espaços consultivos com reuniões programadas para acompanhar ações públicas.
- (C) oferta de dados públicos organizados, aliada a canais de participação para diálogo contínuo.
- (D) formação de grupos comunitários com atribuições voltadas ao acompanhamento de programas.

QUESTÃO 37

O controle externo integra o sistema de fiscalização da administração pública e envolve a atuação de órgãos responsáveis pela supervisão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos entes governamentais. Considerando suas características, qual procedimento representa adequadamente uma atribuição típica do controle externo?

- (A) Realização de atividades de acompanhamento que permitam examinar informações reunidas por órgãos responsáveis pela execução das políticas públicas.
- (B) Fiscalização exercida por órgão independente do Poder Legislativo, com apoio técnico do tribunal de contas responsável pelo exame das contas públicas.
- (C) Elaboração de análises destinadas a apoiar a verificação de atos administrativos, reunindo elementos para orientar avaliações de desempenho institucional.
- (D) Organização de processos voltados ao exame de registros contábeis e documentos financeiros produzidos pelos entes fiscalizados ao longo do exercício pelo Poder Judiciário.

QUESTÃO 38

O exercício do controle interno no âmbito municipal envolve a integração de procedimentos administrativos que asseguram a regularidade, a eficiência e a responsabilização dos gestores. Considerando a estrutura e as funções atribuídas a esse sistema, uma característica essencial de seu funcionamento consiste em

- (A) adoção de métodos que permitam examinar a coerência entre atos administrativos e parâmetros estabelecidos pela gestão.
- (B) utilização de processos que viabilizem avaliar o desempenho governamental conforme metas instituídas pelo planejamento local.
- (C) execução de atividades destinadas à prevenção, ao apoio decisório e à supervisão das práticas administrativas do município.
- (D) implementação de rotinas técnicas voltadas ao acompanhamento de registros e da execução das ações desenvolvidas pelos órgãos municipais.

QUESTÃO 39

Um cidadão solicita ao município dados referentes ao cumprimento das metas previstas em um programa de melhoria urbana, bem como informações sobre auditorias realizadas no exercício anterior. De acordo com o direito de acesso à informação previsto no art. 7º, inc. VII, da Lei nº 12.527/2011, a resposta adequada da administração deve contemplar

- (A) elementos referentes à implementação das ações governamentais, com dados que permitam avaliar metas e indicadores definidos.
- (B) conteúdos que apresentem o desempenho do programa, com acesso aos registros institucionais voltados ao acompanhamento da execução orçamentária e financeira.
- (C) dados sobre metas, indicadores e execução do programa, além dos resultados de inspeções, auditorias e prestações de contas realizadas pelos órgãos de controle.
- (D) informações produzidas pelos órgãos responsáveis pelo acompanhamento dos projetos públicos, incluindo os relatórios internos de monitoramento do exercício fiscal correspondente.

QUESTÃO 40

A ouvidoria municipal atua como canal institucional de comunicação entre a administração e a sociedade, contribuindo para o aperfeiçoamento dos serviços públicos ao receber, tratar e encaminhar manifestações dos cidadãos. Considerando as atribuições desse órgão no contexto da gestão pública, qual procedimento representa adequadamente uma função típica da ouvidoria no município?

- (A) Preparação de análises que promovam a integração de informações técnicas, reunindo subsídios para orientar decisões administrativas sobre demandas sociais.
- (B) Realização do tratamento das manifestações recebidas, com encaminhamento às unidades competentes e acompanhamento da tramitação da resposta.
- (C) Elaboração de encaminhamentos destinados a subsidiar órgãos internos com elementos obtidos durante o tratamento das manifestações apresentadas pelos cidadãos.
- (D) Organização de registros que permitam acompanhar informações encaminhadas pelos setores administrativos, reunindo dados necessários à análise das ações municipais.

QUESTÃO 41

No contexto da auditoria governamental baseada em riscos, o processo envolve etapas integradas que buscam direcionar esforços para áreas com maior potencial de ocorrência de irregularidades ou falhas. Considerando esse modelo de atuação, qual procedimento caracteriza a aplicação desse enfoque no ciclo da auditoria?

- (A) Definição de prioridades operacionais que orientem a análise dos processos administrativos selecionados.
- (B) Utilização de métodos de coleta de informações que permitam examinar registros e documentos institucionais produzidos.
- (C) Identificação de áreas sensíveis para planejar testes, reunir evidências e acompanhar a implementação das recomendações.
- (D) Elaboração de estudos técnicos que consolidam resultados e apresentam recomendações aos gestores da entidade governamental.

QUESTÃO 42

Após instaurar procedimento de tomada de contas especial pela omissão do gestor na entrega das contas de governo, o Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás recebeu, posteriormente, a documentação referente ao exercício. Considerando a legislação aplicável, como deve ser tratada essa apresentação tardia?

- (A) Informação recebida sem eliminar a omissão, mas capaz de afastar o débito quando comprova aplicação regular.
- (B) Documentação que poderá ser utilizada na análise, trazendo registros detalhados que ofereçam suporte ao exame da execução realizada.
- (C) Elementos apresentados de forma complementar, contendo informações suficientes para orientar a avaliação técnica conduzida pelo Tribunal.
- (D) Conjunto de dados entregues ao processo, reunindo demonstrativos e relatórios que auxiliem a verificação da conformidade da gestão municipal.

QUESTÃO 43

Considerando as hipóteses de utilização do pregão previstas na Lei nº 14.133/2021, qual situação representa adequadamente o seu emprego?

- (A) Seleção de serviços auxiliares que possam ser descritos de forma objetiva e mensurados por critérios definidos no ato convocatório.
- (B) Aquisição de materiais permanentes que atendam a padrões técnicos previamente definidos pelos responsáveis pelo planejamento anual.
- (C) Aquisição de bens ou serviços comuns com requisitos padronizados, avaliados por critérios objetivos que permitam comparação entre propostas.
- (D) Contratação de serviços operacionais cuja execução dependa de descrição detalhada e de avaliação padronizada das especificações apresentadas.

QUESTÃO 44

A gestão de riscos prevista na Lei nº 14.133/2021 integra o planejamento das contratações e deve considerar fatores que influenciam a escolha da solução mais vantajosa à administração. No caso de objetos que envolvam impactos ambientais relevantes, qual procedimento representa adequadamente a integração entre sustentabilidade e gestão de riscos na etapa de planejamento?

- (A) Organização de informações capazes de orientar a seleção de alternativas, reunindo elementos que permitam avaliar aspectos operacionais e administrativos.
- (B) Identificação de fatores ambientais associados ao objeto, permitindo avaliar riscos e orientar a definição de solução alinhada a práticas sustentáveis.
- (C) Análise das condições técnicas do objeto pretendido, identificando variáveis que influenciam o desempenho da contratação ao longo da execução prevista.
- (D) Exame das características do objeto contratado para verificar implicações relacionadas à viabilidade da solução e ao atendimento das necessidades institucionais.

QUESTÃO 45

Em processo administrativo instaurado para apurar a responsabilidade de uma empresa por ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013, foram identificados indícios de que a pessoa jurídica estaria sendo utilizada para ocultar vantagens obtidas por meio de fraude contratual e para dificultar a responsabilização dos administradores diretamente envolvidos. Considerando o art. 14 desta lei, qual medida corresponde à aplicação adequada da desconsideração da personalidade jurídica?

- (A) Ampliação da análise administrativa com base em registros e documentos capazes de demonstrar eventual participação de sócios no ato lesivo apurado.
- (B) Verificação de elementos que indiquem abuso da pessoa jurídica, permitindo estender a apuração a indivíduos responsáveis pela administração societária.
- (C) Adoção de providências que permitam avaliar a atuação dos administradores, reunindo elementos destinados ao exame das condutas investigadas pela comissão.
- (D) Extensão dos efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica aos administradores e sócios com poderes de gestão, quando constatado uso abusivo da estrutura societária.

QUESTÃO 46

Considerando a contabilidade aplicada ao setor público, qual procedimento representa adequadamente a finalidade de um demonstrativo contábil no contexto da gestão pública?

- (A) Preparação de demonstrativo que apresente informações referentes às transações financeiras, organizando valores importantes para avaliação da gestão.
- (B) Apresentação de informações que evidenciem a situação orçamentária, financeira e patrimonial, contribuindo para apoiar o controle e a prestação de contas.
- (C) Estruturação de quadro contábil destinado a sistematizar registros sobre receitas e gastos, possibilitando acompanhamento da execução administrativa.
- (D) Elaboração de registro que reúna dados sobre a movimentação orçamentária, permitindo examinar valores arrecadados e despesas executadas no exercício.

QUESTÃO 47

A consolidação das contas dos entes federados depende do envio das informações contábeis, orçamentárias e fiscais ao Poder Executivo da União, nos prazos estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal). Considerando as consequências previstas para o descumprimento desses prazos, qual medida corresponde ao efeito legalmente aplicável até a regularização da situação?

- (A) Restrição temporária ao recebimento de recursos vinculados a programas governamentais que dependam de comprovação de adimplência fiscal.
- (B) Suspensão das autorizações destinadas ao apoio financeiro voluntário, condicionada ao restabelecimento do envio das informações pelo ente federado.
- (C) Impedimento para receber transferências voluntárias e contratar operações de crédito, salvo as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária.
- (D) Limitação ao acesso a transferências financeiras pactuadas com a União, vinculada ao cumprimento das exigências legais apresentadas no sistema federal.

QUESTÃO 48

As demonstrações contábeis previstas na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal - LRF) devem evidenciar, de maneira adequada, as operações realizadas pelos órgãos e entidades da administração. Considerando o que dispõem as orientações de escrituração e consolidação das contas da LRF, como devem ser estruturadas essas demonstrações no âmbito do setor público?

- (A) Apresentação de demonstrativos que reúnem elementos referentes às atividades desenvolvidas pelos entes públicos ao longo do exercício financeiro.
- (B) Elaboração de quadros contábeis que sistematizam registros relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e fundos públicos.
- (C) Organização de informações que permitam acompanhar registros contábeis dos órgãos governamentais, reunindo dados consolidados para exame administrativo.
- (D) Demonstrações que compreendam, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade, inclusive empresa estatal dependente.

QUESTÃO 49

A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal - LRF) estabelece limites para a despesa total com pessoal dos municípios, definidos em relação à receita corrente líquida. Considerando esses parâmetros legais, qual procedimento expressa corretamente a observância dos limites aplicáveis?

- (A) Confirmação de que a despesa total com pessoal do município não ultrapassa 60% da receita corrente líquida, observando 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo.
- (B) Verificação de que a despesa do Poder Executivo municipal não supera 48% da receita corrente líquida, assegurando compatibilidade com o planejamento fiscal.
- (C) Análise de que os gastos do Poder Legislativo municipal se mantêm abaixo de 8% da receita corrente líquida, conforme critérios adotados pelo ente federado.
- (D) Avaliação de que a soma das despesas de pessoal do município esteja limitada a 55% da receita corrente líquida, preservando o equilíbrio das contas públicas.

QUESTÃO 50

A Lei nº 4.320/1964 estabelece regras para o controle e a verificação da legalidade dos atos de execução orçamentária. Considerando o disposto no art. 77, de que forma deve ocorrer essa verificação no âmbito da administração pública?

- (A) Observando procedimentos que permitam examinar os atos administrativos ao longo das etapas de execução previstas na legislação orçamentária.
- (B) Efetuando controle prévio, concomitante e subsequente sobre a legalidade dos atos praticados na execução orçamentária.
- (C) Realizando análises sistemáticas que proporcionem à gestão instrumentos para avaliar a regularidade das operações executadas no exercício financeiro.
- (D) Adotando mecanismos de acompanhamento capazes de reunir informações sobre atos praticados durante o cumprimento das programações estabelecidas.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

Questão 01

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), ou LRF, estabeleceu limites para a despesa total com pessoal dos entes federativos, inclusive para o Poder Executivo e o Poder Legislativo municipais, prevendo consequências e medidas de correção quando esses limites são alcançados ou ultrapassados. No âmbito do Município, o controle interno tem papel estratégico na prevenção de desequilíbrios, na identificação de riscos fiscais e na orientação dos gestores para a adoção de providências compatíveis com a LRF. Considerando esse contexto, discorra sobre o papel do Controle Interno municipal no acompanhamento dos limites de despesa com pessoal do Executivo e da Câmara Municipal, destacando fundamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal, atribuições típicas do Controlador Interno e possíveis implicações do descumprimento desses limites para a gestão fiscal e para a responsabilidade dos agentes públicos.

(100 pontos)

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30